



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

**RELATÓRIO E PARECER SOBRE O PROJECTO DE RESOLUÇÃO —
ACORDOS AGRÍCOLAS COM O MERCOSUL**

PONTA DELGADA, 6 DE JUNHO DE 2011

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	2028 Proc. Nº 109
Data:	011, 06, 06 Nº 22, 2011



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

A Comissão Permanente de Economia reuniu nos dias 4 e 5 de Maio de 2011, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, a fim de apreciar e dar parecer sobre o Projecto de Resolução — Acordos Agrícolas com o MERCOSUL.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A apreciação do presente Projecto de Resolução enquadra-se no disposto no artigo 31.º, n.º 1, al. d) do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores – Lei n.º 2/2009, de 12 de Janeiro e com o que estipula o artigo 145º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

CAPÍTULO II

APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E ESPECIALIDADE

A presente iniciativa legislativa tem por objecto, concretamente, “a pronúncia – por iniciativa própria – sobre os acordos da União Europeia com o MERCOSUL no âmbito agrícola nos seguintes termos:

- Que as negociações de âmbito agrícola com o MERCOSUL não prejudiquem a produção e comercialização da Agricultura dos Açores, especialmente no que concerne à bovinicultura de carne;
- Que a Comissão Europeia avalie o impacto dos acordos de liberalização onde devem ser incluídos os Açores.”



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O MERCOSUL, como é conhecido o Mercado Comum do Sul, é a área de comércio livre da América Latina que integra a Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e a Venezuela (Estados-membros) – países que, à excepção da Venezuela, assinaram em 26 de Março de 1991 o Tratado de Assunção (documento que está na origem do MERCOSUL) – e a Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru (Estados associados).

As negociações actualmente em curso sobre os acordos da União Europeia com o MERCOSUL, cujo início data de 1999, têm suscitado, a nível europeu, contundentes críticas por parte de variadas entidades, como por exemplo: Estados membros da UE; Parlamento Europeu; Copa-Cogeca (central sindical europeia).

Genericamente, as principais objecções vão no sentido de afirmar que está em causa a liberalização total do comércio entre estes dois blocos (UE – MERCOSUL), sendo que na área agrícola poderão existir consequências negativas para o lado europeu e, conseqüentemente, para os Açores, devido à sua pequena dimensão produtiva.

Daí que, a Copa-Cogeca tenha referido que "(...) a liberalização do comércio agrícola com o Mercosul seria um desastre, considerando o crescimento excepcional das exportações do Brasil e Argentina, com um excedente comercial que teria multiplicado por cinco desde 2000.

Um quarto das importações de alimentos vêm do Mercosul e a Europa depende do bloco do cone sul em cerca de dois terços para o abastecimento de alimentos proteicos para animais.

A negociação de um acordo comercial UE-MERCOSUL abriria consideravelmente as exportações de carne bovina, suína, frango, milho, alho, açúcar e etanol do Mercosul para a Europa, devastando o sector agrícola



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

européu (...)”.

Por outro lado, as críticas a este eventual Acordo na área agrícola, centram-se no facto dos Países do MERCOSUL não disporem das mesmas exigências legislativas ao nível ambiental, dos transgénicos, da utilização de hormonas, nas normas de bem-estar animal, do uso do solo e dos fitofármacos.

Tal, diminui a protecção do consumidor em termos de segurança alimentar e desvirtua as boas regras do comércio justo, uma vez que os preços dos bens oriundos do espaço MERCOSUL seriam colocados na Europa a um nível muito inferior ao praticado actualmente no mercado europeu pelos Estados Membros.

Assim sendo, apontam os contestatários da negociações em curso, que antes de ser dar este passo (liberalização do espaço comercial) urge proceder à uniformização dos critérios produtivos.

Sobre esta matéria a Comissão deliberou ouvir em audição o Secretário Regional da Agricultura e Florestas, bem como, solicitar parecer à Associação Verde Atlântico, à Câmara Comércio Indústria da RAA e à Federação Agrícola dos Açores.

A Associação Verde Atlântico e a Federação Agrícola dos Açores emitiram parecer que se anexam a este relatório.

Audição do Subsecretário Regional das Pescas, Marcelo Pamplona, realizou-se na Delegação da ALRAA, na cidade de Ponta Delgada, no dia 4 de Maio de 2011.

O Deputado do PSD, António Ventura, apresentou genericamente o Projecto de Resolução do PSD de onde se destacam os seguintes pontos:

- A Comissão Europeia recentemente retomou as negociações para os



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

acordos comerciais com o Mercosul, no sentido de se proceder a uma liberalização do comércio entre os dois blocos;

- A liberalização referida inclui a comercialização de produtos agrícolas, nomeadamente a carne de bovino, onde o MERCOSUL é superavitário e a União Europeia deficitária;
- O facto de o Mercosul ser superavitário ao nível da sua produção agrícola, de não ter de cumprir as mesmas exigências legislativas da EU, ao nível ambiental, dos transgénicos, utilização de hormonas, de bem-estar animal e de os seus custos de produção serem invariavelmente inferiores aos seus concorrentes europeus, motiva a preocupação de alguns países europeus, bem como, da principal central sindical europeia COPA-COGECA;
- Tendo em conta que nos Açores a produção de carne de bovino assume uma dimensão de relevância importante na economia regional e que este acordo, por permitir a importação de carne de boa qualidade a preços muito baixos, pode devastar toda esta fileira que hoje consegue já alguns resultados positivos na sua actividade, nomeadamente na produção de (carne dos Açores – IGP);
- Deve o Parlamento Regional tomar uma posição contra o actual sentido das negociações com o Mercosul, dando nota à Assembleia da Republica, ao Parlamento Europeu e à Comissão Europeia, dos impactos negativos que a liberalização dos produtos agrícolas poderiam ter na economia da nossa Região.

O Secretário Regional da Agricultura e Florestas, começou por agradecer à Comissão a oportunidade de poder transmitir o ponto de vista do Governo dos Açores sobre esta matéria.

O Membro do Governo, referiu que o país com o qual temos maior probabilidade de sair prejudicado com a liberalização do comércio com o



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

MERCOSUL é o Brasil, pois este é o país com que temos mais relações comerciais, tendo custos de produção muito baixos, nomeadamente ao nível da carne.

A efectivação deste acordo, especificamente ao nível da carne, referiu, “pode ser muito prejudicial para os produtores regionais pois estes não têm escala para competir com os agricultores sul-americanos.” “A fileira da carne nos Açores, como complemento fileira do leite, pode estar comprometida com este acordo, daí o Governo dos Açores ver com preocupação o evoluir desta matéria”, salientou o Secretário Regional.

O Membro do Governo, referiu que o Governo da República, por diversas ocasiões, manifestou junto dos órgãos responsáveis da União Europeia a sua preocupação sobre este assunto.

O Deputado do PS, Duarte Moreira e o Deputado do CDS\PP, Pedro Medina, expressaram a sua preocupação com o desenrolar das negociações com o MERCOSUL, questionando o Membro do Governo sobre que diligências adicionais podem ser feitas para salvaguardar os produtores açorianos.

O Deputado do PS, Duarte Moreira, salientou ainda que o Eurodeputado Luís Paulo Alves, um dos responsáveis pelo Grupo dos Socialistas Europeus pela Moção do Parlamento Europeu “Agricultura e Comércio Internacional”, através de alterações introduzidas em Novembro de 2010 que foram aprovadas no seio da Comissão da Agricultura a 25 de Janeiro de 2011 e finalmente em Plenário a 8 de Março de 2011, assegurou um tratamento específico para as regiões ultraperiféricas. E de facto, referiu o Deputado do PS, de acordo com as alterações introduzidas, o Parlamento Europeu constata que as Regiões Ultraperiféricas (RUP) são parte integrante do território da UE, aplicando-se-lhes integralmente os acordos comerciais, salientando que a frágil economia das RUP, baseada fundamentalmente na agricultura e com produções similares às dos parceiros latino-americanos, é vulnerável a uma redução dos direitos aduaneiros, pelo que o Parlamento exorta a Comissão a ter em conta



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

as especificidades das RUP no quadro das negociações com o MERCOSUL, a fim de evitar comprometer o seu desenvolvimento.

Neste sentido, o Partido Socialista através dos seus Deputados, nomeadamente ao parlamento europeu, têm desenvolvido acções para minorar os efeitos deste acordo nos Açores.

O Deputado do BE, José Cascalho, José Cascalho questionou o Secretário Regional sobre quais as suas expectativas sobre a evolução deste acordo e que medidas preventivas podem ser tomadas na nossa região.

O Secretário Regional da Agricultura e Florestas, salientou que as regiões ultraperiféricas são aquelas que mais sofrem com este acordo, esperando que após diversas sensibilizações das autoridades regionais, nacionais e de outros parceiros comunitários também prejudicados nesta negociação faça prevalecer o bom senso na Comissão Europeia.

Por ultimo, o Secretário Regional referiu que temos de continuar a apostar na qualidade dos nossos produtos e menos na quantidade, onde não temos qualquer possibilidade de competição.

A Comissão Permanente de Economia deliberou por maioria, com os votos a favor dos Deputados do PS, do PSD e do BE e com a abstenção, com reserva de posição para plenário do CDS/PP, dar parecer favorável ao presente diploma.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O Relator

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Francisco V. César".

Francisco V. César

O presente relatório foi aprovado por unanimidade

O Presidente

A handwritten signature in black ink, appearing to read "José de Sousa Rego".

José de Sousa Rego

Rua Coronel Linhares de Lima - S. Roque do Pico
Tel.: 292 642 329 – Fax: 292 642 329
Contribuinte: 512 096 619
e-mail: coopverdatlantico@gmail.com

Exms Senhor
Presidente
Comissão Permanente de Economia

São Roque do Pico, 02 de Maio de 2011

N/ Refª: 65/2011

ASSUNTO: Parecer sobre Projecto de Resolução – Acordos Agrícolas com o Mercosul.

Tendo em conta que a Federação Agrícola dos Açores representa todas as Associações dos Açores e está responsável pela defesa do interesses da agricultura Açoriana, vimos por este meio subscrever o parecer enviado por esta instituição a Vª Exª, pois representa também a nossa opinião."

Sem outro assunto de momento,

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Direcção

Alfredo Miguel Simas Ferreira

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada 1625	Proc. Nº 109
Data: 01/05/02 Nº 22/2011	



ALRA - Comissão Permanente de Economia

A/c Exmo. Sr. Presidente

Rua Marcelino Lima

9901-858 Horta

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Angra do Heroísmo
0476	09/02/2011	0095/11	26/04/2011
Assunto "PARECER SOBRE O PROJECTO DE RESOLUÇÃO - ACORDOS AGRÍCOLAS COM O MERCOSUL"			

Exmo. Sr. Presidente,

A Federação Agrícola dos Açores deixar expressa nesta comunicação o Parecer sobre o assunto em epígrafe.

Em primeiro lugar a iniciativa é de salutar pois é sempre necessário alertar os Governos e estes a Comissão Europeia quando os interesses dos agricultores que os elegeram estão em causa, embora se saiba que o resultado do alcance destas iniciativas é limitado no entanto é imperativo marcar posição.

Infelizmente a agricultura tendo sido a "moeda de troca" nas negociações da OMC sem contudo representar uma mais valia para o sector no seio da União Europeia.

A pressão dos países do Mercosul sobre o aumento das exportações de carne bovina, através do reforço das quotas Hilton, a redução ou supressão das taxas aduaneiras para Europa, têm como líder o Brasil, que é neste momento o que detém maior efectivo bovino e o que mais exporta no mundo.

Como se sabe a União Europeia é cada vez mais dependente das importações de géneros alimentícios e particularmente de carne bovina vinda da América do Sul e vamos sê-lo cada vez mais pois, assiste-se a um declínio no efectivo bovino na União Europeia o que cria por um lado maior dependência e por outro um desincentivo à produção pois o custo e as condições de produção são distintas (i.e.

Escritório: Av. Álvaro M. Homem, 31
9700 - 017 Angra do Heroísmo
Terceira - Açores

Telefone/fax: 295628350
E-mail: info@faa.pt
Site: www.faa.pt



falta de rastreabilidade e controlos sanitários), o que leva a uma concorrência desleal.

A alteração das estratégias da Política Agrícola Comum para a desaceleração da produção resulta numa maior vulnerabilidade e dependência das importações e uma completa incoerência. Por um lado as preocupações do efeito da produção pecuária no ambiente e no aquecimento global por outro permitir que os mesmos produtos que são gerados na Europa sejam importados via área ou marítima de longas distâncias aumentando as emissões de dióxido de carbono. A carne vinda da América do Sul aumenta quatro vezes mais a "pegada ecológica" que aquela produzida na UE. Por exemplo, estima-se que o Brasil destrua anualmente 2,15 milhões de hectares de floresta tropical para a conversão em áreas de pastoreio.

Segundo um estudo do COPA-COGECA a liberalização dos mercados representará um perda em cerca de 25 mil milhões de euros para o sector, sem falar que o aumento da dependência também representará no futuro inflação dos preços não só da carne bovina mas também de porco, aves e cereais.

Embora exista uma grande preocupação com o efeito das negociações com o Mercosul, desde Novembro de 2010 que a União Europeia retirou as taxas sobre a carne de bovina vinda do Canadá. Estas importações representarão anualmente para o Canada mais de 10 milhões de dólares, qual é afinal o objectivo da EU para o sector da carne?

Esta situação vem também levantar questões sobre o sector da carne bovina nos Açores, orientação da produção e penetração no mercado. Em 2005, os Açores representaram apenas 7% dos abates de bovinos a nível Nacional, embora se verifique um decréscimo da expedição de animais em vida e um acréscimo em carcaças/peças, a capacidade do sector estará longe da sua capacidade. Observa-se que a nível Nacional que o nível de auto-aprovisionamento é de apenas 48%, sendo o resto coberto pelas importações (c.a. de 60% chega da vizinha Espanha).

Numa altura em tanto se fala no estímulo à produção Nacional, face à grave crise económica que se assiste, entendemos que a aposta pelo Governo Regional neste sector é ainda parca e nem tida como complemento/alternativa ao sector do leite e lacticínios nalgumas ilhas, quem em breve enfrentará grandes desafios no que diz respeito às leis de mercado. Havendo uma quota de mercado Nacional a preencher



seria importante pensar e e implementar políticas que pudessem potenciar e aglutinar a produção/transformação/comercialização a partir dos Açores, explorando os mercados Continental e da Madeira. Como exemplo, a constituição de um centro tecnológico e promocional da carne bovina que pudesse trazer integração e eficiência à fileira, através da promoção da produção (e.g. formação aos produtores de carne), tecnologia e inovação às áreas do abate, tecnologia e transformação das carcaças e da carne, assim estratégias de um melhor acesso aos mercados, não só para a Indicação Geográfica Protegida - Carne dos Açores, mas também para a dita indiferenciada na óptica da competitividade, ou a exploração de rotulagens facultativas que potenciem a qualidade.

O Presidente da Direcção

George Alberto Serpa da Costa Rita
George Alberto Serpa da Costa Rita

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	1553 Proc. Nº 109
Data:	01.04.26 Nº 221/2011